

LEI COMPLEMENTAR Nº. 41/2012

INSTITUI O PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE LONTRAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARTINA ZUCATELLI, Prefeita do Município de Lontras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei. **FAÇO** a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I DAS DIRETRIZES, OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS DA POLÍTICA URBANA

Seção I Das Disposições Gerais

Art. 1º A presente lei tem por finalidade instituir o Plano Diretor Participativo de Lontras, atendendo as disposições do art. 182 da Constituição Federal, bem como em observância aos princípios e diretrizes da Lei Federal n.º 10.257/2001 - Estatuto da Cidade e, de acordo com a Lei Orgânica do Município de Lontras, sendo ele o instrumento básico norteador das ações que visem disciplinar a produção, o ordenamento e a gestão do território municipal, devendo ser respeitada tanto pelos agentes públicos como pelo setor privado.

Art. 2º O presente Plano Diretor abrange a totalidade do território municipal e é parte integrante do processo de planejamento municipal e, conforme disposto no art. 40 do Estatuto da Cidade, deve ser orientativo para a elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual do Município.

Art. 3º O presente Plano Diretor deverá ser amplamente revisado e atualizado em um prazo máximo de 10 (dez) anos, a partir de um processo participativo, contínuo e permanente de avaliação e de controle, sempre pautado pelos princípios e diretrizes estabelecidos por ele e pelo Estatuto da Cidade.

Parágrafo Único. Toda legislação correlata e suplementar que venha a ser editada no Município de Lontras, deverá respeitar o conteúdo e as diretrizes estabelecidas no presente Plano Diretor e no Estatuto da Cidade.

Seção II

Dos Princípios e Objetivos

Art. 4º São princípios fundamentais do Plano Diretor Participativo de Lontras:

I – garantir o cumprimento da função social da propriedade e da cidade;

II – promover a gestão democrática das políticas públicas e dos serviços públicos, por meio da participação popular;

III – buscar o desenvolvimento sustentável do município em todas as dimensões;

IV – incentivar a articulação de políticas de abrangência e de integração regional.

Art. 5º São objetivos do Plano Diretor Participativo de Lontras:

I – assegurar a oferta dos serviços de infra-estrutura básica como rede de água, esgoto sanitário, drenagem urbana, coleta de lixo, energia elétrica e pavimentação, além dos equipamentos públicos e sociais necessários à população atual e futura de Lontras;

II – promover o desenvolvimento econômico do Município, dando suporte a todos os setores da economia;

III – preservar as margens dos rios, as nascentes, os mananciais, as encostas, a fauna, evitando a urbanização da zona rural, das áreas com declividade acima de 30% e dos fundos de vale;

IV – garantir a proteção e a preservação da paisagem natural e do patrimônio histórico e cultural do Município;

V – criar e disciplinar áreas industriais de acordo com os diversos níveis de interferência ambiental das indústrias, de maneira a obter facilidade de escoamento da produção, fácil ligação casa-trabalho, e evitar conflitos entre os usos industriais e residenciais;

VI – otimizar o aproveitamento do potencial turístico do Município e a implantação de equipamentos e infraestrutura turísticos;

VII – promover a inclusão social, permitindo o acesso a melhores condições de infra-estrutura, aos equipamentos sociais, à cultura e ao lazer na cidade, à moradia digna à população de baixa renda e a urbanização e regularização fundiária das áreas precárias;

VIII – intensificar o uso das regiões bem servidas de infra-estrutura e equipamentos otimizando o seu aproveitamento, evitando dessa forma a

dispersão da malha urbana e a ocupação nas áreas ambientalmente frágeis, de interesse ambiental e de risco;

IX – estabelecer uma hierarquia da estrutura viária integrada ao uso do solo, de forma a permitir a circulação rápida, segura e eficiente de pessoas e veículos;

X – dotar o Município de Lontras de instrumentos técnicos e administrativos capazes de coibir os problemas do desenvolvimento urbano futuro antes que os mesmos aconteçam, e ao mesmo tempo indicar soluções para os problemas atuais;

XI – garantir a justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização, de forma a recuperar parte dos investimentos públicos que resultem na valorização dos imóveis urbanos;

XII – articular e promover a integração e cooperação no âmbito Federal e Estadual, e com os municípios integrantes da Região do Alto Vale do Itajaí, no processo de planejamento e de gestão urbana e ambiental nas questões de interesse comum.

Seção III

Das Estratégias da Política de Ordenamento Territorial

Art. 6º As estratégias de ordenamento territorial no município de Lontras são orientadas pelas seguintes diretrizes:

I – crescimento linear de forma a propiciar a integração do município às cidades do entorno;

II – descentralização e flexibilização das atividades produtivas;

III – desenvolvimento sustentável e preservação ambiental;

IV – ordenação e controle do uso e ocupação do solo de modo a evitar a retenção especulativa de terrenos.

Art. 7º Para a realização das diretrizes da estratégia de ordenamento territorial devem ser adotadas as seguintes ações:

I – ordenar e disciplinar o crescimento da cidade;

II – garantir uma maior dinâmica viária e de acessibilidade para a diminuição dos deslocamentos e para a fluidez do trânsito;

III – implantar programas de incentivo à preservação dos imóveis de interesse cultural, histórico e/ou arquitetônico;

IV – utilizar de forma sustentável os recursos naturais do município;

V – incentivar políticas de atração de atividades geradoras de emprego e de renda.

Art. 8º O processo de elaboração e de gestão da política de ordenamento territorial no Município de Lontras terá como princípio básico o respeito à ordem democrática, incorporando a participação dos diferentes segmentos da sociedade em sua formulação, execução, fiscalização e monitoramento.

CAPÍTULO II

DA FUNÇÃO SOCIAL DA CIDADE E DA PROPRIEDADE

Seção I

Da Função Social da Cidade

Art. 9º O Município de Lontras para garantir o cumprimento da função social da cidade, tanto na área urbana como na área rural, deve implantar os princípios, diretrizes e objetivos constantes do presente Plano Diretor, bem como aqueles contidos na Constituição Federal e no Estatuto da Cidade e, ainda propiciar o acesso a todos os cidadãos a serviços públicos ou privados de qualidade e a equipamentos urbanos essenciais, principalmente à saúde e a educação, procurando ainda atender:

I – a promoção de uma justiça social e territorial a partir da redução das desigualdades sócio-espaciais;

II – ampliar o direito de acesso a terra urbanizada, à moradia digna, ao saneamento ambiental, à infraestrutura e serviços públicos, para o transporte coletivo, trabalho, à cultura, ao lazer e ao meio ambiente sustentável.

Seção II

Da Função Social da Propriedade

Art. 10. A propriedade tanto urbana como rural, cumpre com sua função social no Município de Lontras, quando atende às disposições e aos parâmetros contidos e estabelecidos pelo presente Plano Diretor e demais legislações correlatas e/ou suplementares, observando ainda os seguintes princípios:

I – ser utilizada em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como em respeito ao meio ambiente;

II – garantir o uso e a ocupação do solo sempre de forma compatível com a infraestrutura urbana e de serviços disponíveis;

III – assegurar o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas.

CAPÍTULO III DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SETORIAIS

Seção I Das Diretrizes Gerais

Art. 11. A Política de Planejamento Territorial do Município de Lontras é pautada pela integração das suas ações com as demais políticas públicas setoriais do município, sempre observando as características peculiares e suas especificidades, orientada pela descentralização das ações com o objetivo de promover a inclusão política, sócio-econômica, espacial e melhorar a qualidade de vida de todos os cidadãos.

Art. 12. A gestão integrada das diversas políticas públicas municipais observará as seguintes diretrizes:

I – articulação entre os vários conselhos municipais e suas políticas próprias, com vistas à efetivação de processos de planejamento participativo, controle social, monitoramento e avaliação de suas ações;

II – criação de mecanismos de participação popular e do exercício da democracia nos processos deliberativos de suas ações;

III – instituição de política de comunicação e divulgação das ações intersetoriais.

Seção II Da Política de Desenvolvimento Econômico

Art. 13. A Política de Desenvolvimento Econômico deve estar pautada na integração com as demais políticas municipais e regionais, buscando a diversificação da base econômica e o aumento da oferta de trabalho e de geração de renda.

Art. 14. A Política Municipal de Desenvolvimento Econômico tem como objetivos:

I – incentivar e apoiar a atividade agrícola municipal visando garantir melhores condições à permanência dos agricultores na área rural;

II – fomentar e incentivar a instalação de novas atividades industriais e comerciais de base tecnológica adequada e do uso sustentável dos recursos naturais visando à preservação do meio ambiente;

III – incentivar o desenvolvimento das atividades de cultura, turismo e entretenimento, como nova alternativa econômica para o município;

IV – criar políticas de desenvolvimento econômico em consonância com a preservação ambiental e do patrimônio cultural com investimentos que privilegiem a distribuição de renda e a ampliação da oferta de empregos;

V – articulação no âmbito regional por meio de programas e projetos de desenvolvimento econômico integrando a atividade agrícola, industrial, comercial, de lazer, turismo e de serviços;

VI – realizar parcerias e ações integradas com agentes promotores do desenvolvimento, públicos e privados, governamentais e institucionais.

Art. 15. Para atingir os objetivos da Política Municipal de Desenvolvimento Econômico o município deverá promover as seguintes ações:

I – criar programas e políticas de incentivo aos produtores rurais para que permaneçam no campo, de maneira especial à produção orgânica e a piscicultura;

II – incentivar às iniciativas de produção e comercialização em forma de cooperativa de produção;

III – aprimorar a infraestrutura para o desenvolvimento das atividades ligadas ao turismo cultural, ecológico e religioso como fontes geradoras de trabalho, emprego e renda;

IV – buscar melhorar a acessibilidade dos lotes industriais à Rodovia BR-470, via Governo Federal;

V – implantar área ou distrito industrial no Município e dotá-lo de infraestrutura necessária;

VI - promover parcerias com o “Sistema S” para capacitação de mão de obra qualificada;

VII – incentivar o desenvolvimento de prestadores de serviços da área tecnológica;

VIII – incentivar o incremento de impostos arrecadados diretamente pelo município;

IX – realizar parcerias e ações integradas com agentes promotores do desenvolvimento econômico, públicos e privados, governamentais e institucionais.

Seção III

Da Política de Incentivo ao Turismo

Art. 16. A Política Municipal de Incentivo ao Turismo busca a promoção e o incremento da atividade turística sustentável no Município de Lontras, pautada pelos seguintes princípios:

I – planejar, regulamentar e fiscalizar a atividade turística no município de forma a desenvolvê-la em harmonia com a legislação federal e

estadual aplicável, com a conservação dos ecossistemas locais e regionais, o uso sustentável dos recursos naturais e a preservação do patrimônio histórico e cultural local;

II – promover a conscientização dos diversos setores da administração pública municipal, da iniciativa privada, das organizações não-governamentais e da opinião pública a respeito do significado econômico, social, cultural e ambiental do turismo;

III – identificar e otimizar o potencial turístico do município mediante ações governamentais e apoio às iniciativas privadas e comunitárias;

IV – garantir a proteção e a conservação dos recursos naturais, paisagísticos, históricos e culturais de uso turístico direto ou não, públicas e privadas, de forma a incrementar o potencial turístico do município;

V – valorizar o patrimônio histórico, cultural e artístico e respeitar os costumes e tradições das comunidades locais, incorporando-os ao potencial turístico do município;

VI – fortalecer a cooperação interinstitucional entre os órgãos da administração pública municipal e a parceria com o poder público estadual e federal;

VII – possibilitar a participação efetiva de todos os segmentos interessados na definição de ações voltadas ao desenvolvimento do turismo na região;

VIII – promover e estimular a capacitação de recursos humanos para a atuação no setor de turismo.

Art. 17. A Política Municipal de Incentivo ao Turismo será pautada pelas seguintes diretrizes:

I – incentivar o desenvolvimento do turismo no município, com ênfase ao turismo cultural, ecológico e religioso;

II – promover a melhoria da infraestrutura para a atividade do turismo, dentro de parâmetros de desenvolvimento sustentável;

III – realizar levantamento do potencial turístico existente, bem como realizar estudo de viabilidade turística;

IV – formalizar roteiros de visitação turística, incorporando o potencial turístico existente;

V – estimular e incentivar a implantação de estrutura hoteleira e gastronômica no Município;

VI – criar um núcleo de estudo de apoio ao turismo (apoio a estudos de viabilidade, busca de recursos, capacitação de mão de obra);

VII – estabelecer ações abrangentes de divulgação do turismo, criando material informativo específico para as diversas áreas de destino;

VIII – promover e estimular o treinamento e a capacitação técnica e administrativa aos gestores, públicos e privados, na área do turismo;

IX – articular e promover programas, projetos e ações turísticas integradas com a dinâmica das atividades sociais, econômicas, culturais e de lazer realizadas pelo município e os demais municípios da AMAVI, para a criação de roteiros regionalizados.

Art. 18. O poder público municipal, mediante lei específica, poderá elaborar o Diagnóstico Turístico e o Plano de Desenvolvimento Turístico Municipal.

§1º O Diagnóstico Turístico é o instrumento por meio do qual o poder público qualifica o potencial turístico do município, inventariando os principais atrativos turísticos e os bens e serviços a eles relacionados, avaliando seu estado de conservação e sua capacidade de receber visitação, assim como delimita os principais atores sociais, as políticas e os aspectos políticos locais e regionais que afetam a atividade turística.

§2º Com base no Diagnóstico Turístico o município elaborará o Plano de Desenvolvimento Turístico que deverá orientar toda Política Municipal de Turismo e condicionará os incentivos fiscais municipais em obras e projetos relacionados ao turismo.

Seção IV **Da Política de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico**

Art. 19. O Poder Público Municipal promoverá ações que visem incentivar à preservação do patrimônio histórico e cultural do município, sendo esta preservação dever de todos os cidadãos.

Parágrafo Único. O Poder Público Municipal dispensará proteção especial ao patrimônio histórico e cultural do município, segundo os preceitos desta Lei e de regulamentos para tal fim editados.

Art. 20. O patrimônio histórico e cultural do Município é constituído por bens móveis ou imóveis, de natureza material ou imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, existentes em seu território e cuja preservação é de interesse público, dado o seu valor histórico, artístico, ecológico, bibliográfico, documental, religioso, folclórico, etnográfico, paisagístico, turístico ou científico.

Art. 21. O Município de Lontras visando estimular à preservação e valorização da cultura local, da arquitetura e da memória, deverá adotar as seguintes diretrizes e ações estratégicas:

I – compatibilizar o desenvolvimento econômico e social com a preservação do patrimônio histórico e cultural do município;

II – incentivar a produção artesanal e a gastronomia típica municipal;

III – valorizar e estimular o uso, a conservação e a restauração do patrimônio arquitetônico do município;

IV – realizar cadastro dos bens de interesse cultural, histórico e/ou arquitetônico, estimulando sua preservação através de políticas e de programas específicos de incentivo à preservação;

V – criar legislação municipal de incentivo à preservação do patrimônio histórico construído;

VI – criar roteiros esportivos, culturais e religiosos de acordo com calendário municipal de eventos.

Art. 22. Visando à consecução das diretrizes e das ações estratégicas da política de preservação do patrimônio cultural, histórico e arquitetônico em Lontras, poderão ser aplicados, dentre outros, os seguintes instrumentos:

I – tombamento de bens materiais e imateriais;

II – criação do fundo municipal de incentivo à cultura;

III – utilização do instrumento da transferência do direito de construir, conforme prevê o Estatuto da Cidade.

Seção V **Da Política de Desenvolvimento Social**

Subseção I **Da Educação**

Art. 23. O Poder Público Municipal promoverá ações que visem apoiar o desenvolvimento da educação no Município de Lontras, pautado pelas seguintes diretrizes:

I – promover a expansão e a manutenção da rede pública de ensino, de forma a cobrir a demanda, garantindo o ensino fundamental obrigatório e gratuito;

II – promover a distribuição espacial de recursos, serviços e equipamentos, para atender à demanda em condições adequadas, cabendo ao Município o atendimento a educação pré-escolar e o ensino fundamental, além da expansão do ensino médio;

III – promover a melhoria da qualidade de ensino, criando condições para a permanência e a progressão dos alunos no sistema escolar;

IV – promover programas de integração entre a escola e a comunidade com atividades de educação, saúde e lazer;

V – viabilizar a ampliação de salas de aula no Centro da cidade e/ou construção de escola de ensino fundamental, para melhorar o atendimento a demanda;

VI – viabilizar a ampliação de espaços para refeitórios, áreas cobertas para a prática de educação física, salas ambientes e adaptação da estrutura para atender crianças com necessidades especiais em todos os estabelecimentos de ensino fundamental da rede pública municipal;

VII – instituir Conselhos Escolares e Associação de Pais e Professores – APPs nas unidades educacionais;

VIII – realizar censo escolar e mapeamento de crianças que estejam fora da escola, a fim de expandir a oferta da educação infantil e do ensino fundamental;

IX – proporcionar a todos os profissionais de educação infantil e ensino fundamental da rede pública municipal, cursos de capacitação para a educação inclusiva;

X – implantar no município um Centro Especializado para atender portadores com necessidades especiais;

XI – transformar a Unidade Descentralizada de Educação de Jovens e Adultos em Núcleo Avançado de Ensino Supletivo NAES;

XII – implantar Centro de Educação Profissional, desenvolvendo programas e projetos de preparo e formação profissional para jovens e adultos, articulando-os com as políticas de proteção contra o desemprego e a geração de renda.

Subseção II

Da Saúde

Art. 24. A Política Municipal de Saúde deverá ser implementada por meio de políticas públicas que elevem o padrão de vida da população, assegurando a construção de uma cidade saudável com ampla garantia de cidadania.

Art. 25. A Política Municipal de Saúde, quando da adequação da rede pública, observará os seguintes princípios, desenvolvidos a partir daqueles firmados para o Sistema Único de Saúde:

I – universalização da assistência à saúde a todos os cidadãos;

II – garantia de um sistema de saúde igualitário, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie;

III – promoção da integralidade da assistência, entendida como o conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso;

IV – incentivo ao controle e à participação social nas ações da política de saúde;

V – promoção da municipalização e da descentralização do sistema de saúde;

VI – articulação de programas e de ações da política de saúde com as demais políticas do Município, em especial as políticas urbanas e ambientais.

§1º A gestão da Política Municipal de Saúde adotará, enquanto existir, o sistema de Estratégias de Saúde da Família – ESF como modelo para a realização de serviços a serem prestados.

§2º As ações do sistema priorizarão o atendimento à população em situação de vulnerabilidade social, ambiental e sanitária, levando-se em consideração o perfil epidemiológico da população e as dimensões de gênero, etnia, e faixa etária.

Art. 26. O Poder Público Municipal promoverá ações que visem apoiar o desenvolvimento da saúde no Município de Lontras, pautado pelas seguintes diretrizes:

I – promover ações de educação em saúde bucal e saúde mental, nas escolas, associações de moradores e grupo de idosos;

II – promover a formação de grupos terapêuticos (tabagismo, depressão, drogas, alcoolismo, etc);

III – viabilizar a reforma da estrutura física da Unidade Básica Central;

IV – efetivar ações da vigilância sanitária no Município;

V – elaborar projetos que visem à qualidade de vida da população do Município.

Subseção III Da Assistência Social

Art. 27. A Assistência Social, como política pública de seguridade não contributiva é um direito do cidadão e dever do Estado, devendo ser realizada de forma integrada às demais políticas setoriais, visando ao enfrentamento das desigualdades sócio-territoriais, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento

de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais.

Art. 28. A Política Municipal de Assistência Social tem como objetivos:

I – garantir a proteção ao cidadão que, por razão de incapacidade pessoal, social ou de calamidade pública, encontrar-se, temporária ou permanentemente, sem condições de manter padrões básicos e satisfatórios de vida;

II – promover a inserção produtiva e a autonomia econômica das pessoas em situação de vulnerabilidade;

III – contribuir para a inclusão e equidade dos usuários ampliando o acesso aos bens e serviços sócio-assistenciais básicos e especiais;

IV – garantir a convivência familiar e comunitária;

V – integrar a Assistência Social às demais políticas públicas para a promoção da autonomia social e econômica, do protagonismo e do convívio social;

VI – centralidade na família para a concepção e implementação das ações de Assistência Social;

VII – gestão municipal descentralizada e autônoma, que assegure a promoção da família, com igualdade de gênero e etnia;

VIII – participação popular, por meio de organizações representativas, na formulação e controle da Política de Assistência Social, por meio de conselhos deliberativos, conferências e fóruns ampliados de assistência social, de direitos da criança e do adolescente, de direitos da pessoa idosa, de direitos da pessoa com deficiência, da mulher e de direitos humanos;

IX – implantar e manter o SUAS – Sistema Único de Assistência Social.

Art. 29. A Política Municipal de Assistência Social observará as seguintes diretrizes:

I – cooperação técnica, administrativa e financeira com a União, com o Estado e com outros municípios;

II – promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, da juventude, do idoso e da pessoa com deficiência;

III – promover o acesso dos portadores de deficiência aos serviços regulares prestados pelo Município, mediante a remoção das barreiras arquitetônicas, de locomoção e de comunicação;

IV – fomentar à elaboração de um diagnóstico social permanente do Município de Lontras, por meio de estudos e pesquisas para identificação de demandas e produção de informações que subsidiem o planejamento e a avaliação das ações desenvolvidas no âmbito da Política de Assistência Social;

V – implementar os programas, projetos, serviços e benefícios da Assistência Social na promoção do convívio familiar e comunitário, da autonomia social e do desenvolvimento local;

VI – elaborar projetos visando buscar recursos do Governo Federal, Estadual, Municipal e ONGs para atender a área social do Município;

VII – ampliar o quadro técnico municipal na área social;

VIII – revisar a legislação de incentivo, voltado à responsabilidade social das empresas dentro do Município;

IX – sensibilizar os empresários e seus contadores quanto à doação de recursos para a área social para desconto no imposto de renda;

X – implantar o Programa Pró-jovem;

XI – elaborar projeto para atender as crianças de 6 a 12 anos (Projeto segundo tempo);

XII – criar projeto para famílias e jovens referente a prevenção à gravidez precoce e prevenção ao uso de drogas;

XIII – promover projetos e ações para tratamento dos dependentes de álcool e drogas;

XIV – disponibilizar curso de preparação para Famílias Referência (associação de Pais do Brasil);

XV – incentivar a criação de grupos e clubes de serviço, tais como: Clube de mães, Lyons Clube, Rotary, etc;

XVI – divulgar nos meios de comunicação – Radio e Internet – a rede de serviços existente no município.

Subseção IV

Da Política Municipal de Habitação

Art. 30. A Política Habitacional de Interesse Social do Município de Lontras deve ser orientada pelas ações do Poder Público e da iniciativa privada no sentido de facilitar o acesso da população de baixa renda, a melhores condições de moradia, de modo que não somente a unidade habitacional seja ofertada, mas que também seja complementada através do fornecimento da infra-estrutura básica e de equipamentos sociais adequados.

Parágrafo Único. A Política Municipal de Habitação está pautada nas diretrizes estabelecidas pela Lei Federal nº. 10.257/2001, denominada de Estatuto da Cidade, na Política Nacional de Habitação de Interesse Social e visa promover o cumprimento da função social da cidade e da propriedade.

Art. 31. Constituem diretrizes setoriais para a Política Habitacional em Lontras:

I – cooperação técnica, administrativa e financeira com a União, com o Estado e com outros municípios;

II – gestão municipal descentralizada e autônoma, que assegure a igualdade de gênero e etnia;

III – compatibilizar a demanda habitacional por faixas de renda;

IV – articular a política habitacional com as demais políticas setoriais;

V – estimular a participação da iniciativa privada na produção de moradias para todas as faixas de renda.

Art. 32. Para a realização destas diretrizes setoriais, o município de Lontras deverá adotar as seguintes ações:

I – implantar programas de incentivo a implantação de unidades habitacionais para população de baixa renda, preferencialmente em áreas urbanas já consolidadas e dotadas de infra-estrutura, evitando a criação de novos núcleos urbanos dissociados da malha urbana existente;

II – viabilizar programas de promoção de melhorias habitacionais.

Seção VI

Da Política dos Esportes, Lazer e Recreação

Art. 33. O Poder Público Municipal promoverá ações que visem apoiar o desenvolvimento dos esportes, lazer e recreação no Município de Lontras, pautado pelas seguintes diretrizes:

I – consolidar o esporte, o lazer e a recreação como direito dos cidadãos e dever do Estado;

II – garantir o acesso universal e integral às práticas e equipamentos esportivos, promovendo o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos;

III – implantar programas estruturantes de esporte e lazer voltados ao fortalecimento da noção de cidadania;

IV – viabilizar a implantação ou melhorias nas estruturas existentes para a prática de esporte e lazer em todas as comunidades do município;

V – implantar prioritariamente praças de lazer nos Bairros Riachuelo, Jardim Primavera e Salto Pilão, e posteriormente nos demais bairros conforme demanda levantada pelo órgão competente;

VI – implantar quadras cobertas poliesportivas nas Comunidades da área rural;

VII – promover a substituição do piso, reforma e ampliação do Ginásio Municipal de Esportes;

VIII – desenvolver mais modalidades esportivas;

IX – viabilizar a aquisição de um veículo próprio para o transporte de atletas.

Seção VII

Da Política de Segurança Pública

Art. 34. O Poder Público Municipal promoverá ações que visem assegurar a segurança pública no Município de Lontras, pautado pelas seguintes diretrizes:

I – articular-se com as políticas regionais, estaduais e federais;

II – enfatizar a prevenção, sem, contudo negligenciar a repressão quando necessária;

III – promover a implantação descentralizada dos equipamentos necessários à melhoria das condições de segurança pública;

IV – viabilizar o mapeamento das áreas de risco Municipal;

V – promover a estruturação da Defesa Civil Municipal, com a criação de cargos efetivos e capacitação dos membros;

VI – criar um pronto-atendimento com veículo, motorista e enfermeiro através de plantão.

Seção VIII

Da Política Municipal do Meio Ambiente

Art. 35. A Política Municipal do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida em todas as suas formas de expressão, visando assegurar condições ao desenvolvimento socioeconômico e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios:

I – ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido tendo em vista o uso coletivo;

II – racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar;

III – planejamento e fiscalização do uso e da conservação dos recursos naturais;

IV – proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas;

V – educação ambiental em todos os níveis de ensino de competência municipal, inclusive a educação da comunidade objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente no município;

VI – garantir a participação popular na definição dos planos, programas, projetos, normas, padrões e critérios ambientais para o município, assim como na tomada de decisões que potencialmente afetem a qualidade do ambiente e da vida da população local;

VII – integrar e apoiar as ações regionais de conservação e de preservação ambiental, em especial àquelas contidas no Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí.

Art. 36. A Política Municipal do Meio Ambiente tem por objetivos:

I – cumprir a legislação ambiental vigente, em seus contextos municipal, estadual, federal e internacional;

II – a compatibilização do desenvolvimento socioeconômico com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico;

III – a definição de áreas prioritárias de ação governamental relativas à qualidade e ao equilíbrio ecológico, atendendo aos interesses do Município, do Estado e da União;

IV – apoiar e cooperar na implantação efetiva de unidades de conservação no município e na fiscalização real de todos os remanescentes da Mata Atlântica;

V – a adoção, sempre que possível, de medidas preventivas, ou na sua impossibilidade, a imposição, ao poluidor/degradador, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados independentemente da existência de culpa;

VI – aplicar as sanções ao não-cumprimento da legislação e dos padrões ambientais independentemente da obrigação de reparar o dano causado;

VII – manter a qualidade do abastecimento de água protegendo os mananciais do município.

Art. 37. Para realização desses objetivos, o Município de Lontras deverá adotar as seguintes diretrizes e ações:

I – criar o Fundo Municipal de Meio Ambiente - FUMDEMA com o objetivo de captar recursos do orçamento municipal ou de outras fontes públicas ou privadas, e destinar para ações de proteção do patrimônio ambiental do município;

II – promover ações de educação ambiental integradas aos programas de conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;

III – criar programas de revegetação das matas ciliares com espécies nativas;

IV – conscientizar a população quanto ao uso excessivo de agrotóxicos nas lavouras;

V – orientar os agricultores para adoção de métodos conservacionistas de manejo do solo.

Seção IX

Da Política Municipal de Saneamento Ambiental

Art. 38. A Política Municipal de Saneamento Ambiental reger-se-á pelas disposições desta lei, de seus regulamentos e das normas administrativas deles decorrentes e tem por finalidade assegurar a proteção da saúde da população e a salubridade do meio ambiente urbano e rural, além de disciplinar o planejamento e a execução das ações, obras e serviços de saneamento do Município.

Art. 39. Para os efeitos desta lei considera-se saneamento o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

Art. 40. Compete ao Município organizar e prestar direta ou indiretamente os serviços de saneamento de interesse local.

§ 1º A prestação de serviços públicos de saneamento no município poderá ser realizada por:

I – órgão, autarquia, fundação de direito público, consórcio público, empresa pública ou sociedade de economia mista municipal ou estadual, na forma da legislação;

II – empresa a que se tenha concedido os serviços em conformidade com a legislação vigente.

§ 2º Os serviços de saneamento deverão integrar-se com as demais funções essenciais de competência municipal, de modo a assegurar prioridade para a segurança sanitária e o bem estar de seus habitantes.

Art. 41. A Política Municipal de Saneamento Ambiental orientar-se-á pelos seguintes princípios:

I – universalização do acesso;

II – integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento, propiciando à população o acesso na conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados;

III – abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente;

IV – disponibilidade, em todas as áreas urbanas, de serviços de drenagem e de manejo das águas pluviais adequados à saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado;

V – adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais;

VI – articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento seja fator determinante;

VII – eficiência e sustentabilidade econômica;

VIII – utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas.

Art. 42. São objetivos da Política Municipal de Saneamento Ambiental:

I – contribuir para o desenvolvimento e a redução das desigualdades locais, a geração de emprego e de renda e a inclusão social;

II – priorizar planos, programas e projetos que visem à implantação e ampliação dos serviços e ações de saneamento nas áreas ocupadas por populações de baixa renda;

III – ação articulada, administrativa e financeira, com a União, com o Estado e outros municípios da Região;

IV – proporcionar condições adequadas de salubridade sanitária às populações rurais e de pequenos núcleos urbanos isolados;

V – incentivar a adoção de mecanismos de planejamento, regulação e fiscalização da prestação dos serviços de saneamento;

VI – minimizar os impactos ambientais relacionados à implantação e desenvolvimento das ações, obras e serviços de saneamento e assegurar que sejam executadas de acordo com as normas relativas à proteção do meio ambiente, ao uso e ocupação do solo e à saúde.

Art. 43. A formulação, implantação, funcionamento e aplicação dos instrumentos da Política Municipal de Saneamento Ambiental orientar-se-ão pelas seguintes diretrizes:

I – adotar medidas preventivas ao crescimento caótico de qualquer tipo, objetivando resolver problemas de dificuldade de drenagem e disposição de esgotos, poluição e a ocupação territorial sem a devida observância das normas de saneamento;

II – integrar as políticas, planos, programas e ações governamentais de saneamento, saúde, meio ambiente, recursos hídricos, desenvolvimento urbano e rural, habitação, uso e ocupação do solo;

III – prestar serviços públicos de saneamento orientados pela busca permanente da universalidade e qualidade;

IV – adotar os indicadores e parâmetros sanitários e epidemiológicos e do nível de vida da população como norteadores das ações de saneamento;

V – promover programas de educação sanitária;

VI – criar um fundo municipal específico para o Saneamento Ambiental;

VII – garantir o atendimento da população rural dispersa, inclusive mediante a utilização de soluções compatíveis com suas características econômicas e sociais peculiares.

Subseção I

Do Abastecimento de Água

Art. 44. O Poder Público Municipal promoverá ações que visem assegurar o abastecimento de água no município de Lontras, pautado pelas seguintes diretrizes e ações:

I – assegurar o abastecimento de água do município, segundo a distribuição espacial da população e das atividades sócio-econômicas atuais e futuras;

- II – assegurar a qualidade da água dentro dos padrões sanitários;
- III – implantar sistema de tratamento de água, individuais ou coletivos, nas localidades rurais;
- IV – fiscalizar e monitor a água consumida por sistemas alternativos;
- V – realizar estudos de viabilidade e soluções alternativas de outras captações próximas a Lontras de mananciais superficiais e subterrâneos;
- VI – criar programa de proteção e revitalização de mananciais e áreas ribeirinhas;
- VII – prever o fortalecimento da capacidade institucional do município (titular dos serviços) e instituição de órgão regulador dos serviços além de aperfeiçoamento de mecanismos para o exercício do controle social e transparência;
- VIII – dar continuidade no programa de controle de perdas na distribuição;
- IX – dar solução de problemas técnicos de regularidade no fornecimento de água pelo sistema público;
- X – prever programa de eficiência energética e uso racional da água;
- XI – regularizar a situação dos locais onde passa a rede e não há ligação de água.

Subseção II

Do Esgotamento Sanitário

Art. 45. O Poder Público Municipal promoverá ações que visem assegurar o esgotamento sanitário no Município de Lontras, pautado pelas seguintes diretrizes:

- I – elaborar projetos para instalação da rede coletora e estação de tratamento de esgoto;
- II – implantar rede pública de esgotamento sanitário no meio urbano e previsão de sistemas individuais no meio rural;
- III – criar Programa de fiscalização, controle e regularização de despejos de esgoto nos rios do município;
- IV – ampliar as condições de fiscalização da Vigilância Sanitária Municipal;

V – promover a fiscalização, controle e adequação dos sistemas individuais de tratamento de esgotos, e elaboração de cadastro das residências e respectivas condições do sistema de coleta/ tratamento/disposição final;

VI – regularizar/definir/fiscalizar o tipo de serviço de limpa-fossa, se será prestado pelo município ou privado;

VII – prever o fortalecimento da capacidade institucional do Município (titular dos serviços) e do setor específico pela gestão do sistema de esgotamento sanitário;

VIII – elaborar campanha, programa ou atividade com a participação da comunidade para enfatizar necessidade de ligação na rede coletora de esgoto quando o sistema entrar em funcionamento.

Subseção III Da Drenagem Urbana

Art. 46. O Poder Público Municipal promoverá ações que visem assegurar a drenagem urbana no Município de Lontras, pautado pelas seguintes diretrizes:

I – elaborar projeto de rede de drenagem urbana para adequação das carências de infraestrutura da micro e macrodrenagem;

II – implantar drenagem em locais onde não há atendimento;

III – adequar às ligações indevidas de esgoto na rede de galerias de águas pluviais;

IV – realizar programa de fiscalização das ligações de esgoto, com cadastramento das edificações vistoriadas e aplicação de multas;

V – elaborar projeto de prevenção e erradicação de riscos;

VI – promover a sistematização da manutenção e conservação periódica do sistema de drenagem;

VII – elaborar cadastro georreferenciado da rede de drenagem existente;

VIII – prever o fortalecimento da capacidade institucional do município.

Subseção IV Dos Resíduos Sólidos

Art. 47. O Poder Público Municipal promoverá ações que visem assegurar o destino adequado dos resíduos sólidos produzidos no Município de Lontras, pautado pelas seguintes diretrizes:

I – assegurar a adequada prestação de serviço de coleta de resíduos sólidos no município, segundo a distribuição espacial da população e das atividades sócio-econômicas;

II – elaborar o Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos Urbanos;

III – estruturar o programa de coleta seletiva no município;

IV – adequar o armazenamento dos resíduos de catadores informais, incentivando a formação de associações ou cooperativas de reciclagem;

V – instituir órgão regulador dos serviços;

VI – adequar o tratamento e/ou destinação final dos resíduos da limpeza pública (varrição, poda, capina);

VII – prever programa de educação ambiental para o correto manejo dos resíduos sólidos domésticos e os benefícios da reciclagem de materiais;

VIII – prever programa de monitoramento e fiscalização das atividades realizadas pelas prestadoras dos serviços (resíduos sólidos urbanos e de saúde).

Seção X

Da Política Municipal de Infra-Estrutura Física

Subseção I

Do Abastecimento de Energia Elétrica

Art. 48. O Poder Público Municipal em parceria com a Concessionária Estadual, promoverá ações que visem assegurar o abastecimento de energia elétrica no Município de Lontras, pautado pelas seguintes diretrizes:

I – assegurar a expansão dos serviços de energia elétrica, segundo a distribuição espacial da população e das atividades sócio-econômicas;

II – incentivar à adoção de fontes de energias alternativas;

III – promover periodicamente campanhas educativas visando ao uso racional de energia e evitando o desperdício.

Subseção II

Do Sistema de Comunicação

Art. 49. O Poder Público Municipal em parceria com as empresas concessionárias promoverá ações que visem apoiar o desenvolvimento do

sistema de comunicação no Município de Lontras, pautado pelas seguintes diretrizes:

I – promover a expansão dos serviços segundo a distribuição espacial da população e das atividades sócio-econômicas;

II – viabilizar a ampliação do serviço de telefonia convencional fixa na área rural;

III – viabilizar a implantação de internet via rádio nas escolas da área rural.

Seção XI

Da Política Municipal de Mobilidade e Transporte

Art. 50. A Política Municipal de Mobilidade e Transporte a ser implantada no Município de Lontras deverá ser pautada pelos seguintes princípios:

I – criar um sistema viário urbano e regional integrado e otimizado, com vias estruturais e básicas, formando ligações que permitam melhor comunicação entre as várias localidades da cidade, ampla distribuição e eficiência dos deslocamentos, indução de desenvolvimento urbano para áreas estratégicas e maior segurança de tráfego aos usuários em geral;

II – definir uma hierarquia para o sistema viário de acordo com sua localização, relevo, e importância na malha viária, visando minimizar os conflitos entre a circulação e o uso e ocupação do solo;

III – definir o gabarito mínimo das vias, de acordo com as diretrizes e estratégias gerais do plano, dotando-as com espaços adequados para a circulação segura, preferencial e eficiente para pessoas com mobilidade reduzida, pedestres, bicicletas e demais veículos;

IV – apontar interseções do sistema viário com necessidade de ampliação geométrica para modernização e aumento da segurança e fluidez das vias estruturais e das vias básicas;

V – definir normas específicas para a execução e a pavimentação dos passeios nas vias públicas, visando garantir o conforto e a segurança dos pedestres;

VI – priorizar a circulação de pedestres e ciclistas, bem como incentivar o transporte coletivo, em relação ao transporte individual.

Parágrafo Único. A acessibilidade urbana obedecerá aos princípios de adequabilidade e adaptabilidade para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, devendo ser observadas as regras previstas na legislação, assim como nas normas técnicas editadas pelos órgãos competentes, dentre os quais as de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Art. 51. Para realização desses princípios, o Município de Lontras deverá adotar as seguintes diretrizes e ações:

I – buscar recursos junto aos Governos Federal e Estadual para viabilizar a implantação de trevo de acesso ao Município, junto a Rodovia BR-470;

II – elaborar Plano de Circulação de Tráfego Central e Plano Viário Estrutural Macro para o Município de Lontras, dentro dos padrões e normas da Engenharia de Tráfego e de Transportes;

III – prever a implantação de anéis viários desviando o tráfego pesado e de passagem do centro da cidade;

IV – implantar melhorias nas interseções do sistema viário apontadas como pontos críticos ou com necessidade de ampliação geométrica, para aumento da segurança e da mobilidade urbana;

V – implantar sistema de circulação binária entre as ruas Oswaldo Schroeder e Rua Pascoal Conti;

VI – promover a manutenção periódica das estradas vicinais do Município;

VII – providenciar a curto/médio prazo a pavimentação das vias públicas urbanas, segundo a necessidade da população, prevendo inclusive a drenagem pluvial destas vias;

VIII – buscar recursos para projetos de sinalização viária;

IX – criar programa de incentivo a padronização das calçadas;

X – realizar estudo de viabilidade para a implantação de Sistema Municipal de Transporte Público;

XI – implantar terminal urbano para atender o transporte público municipal;

XII – realizar estudos e levantamentos para viabilizar linhas comerciais de passageiros e cargas no Aeroporto Helmuth Baumgarten.

Seção XII

Da Política Municipal do Sistema de Planejamento Municipal

Art. 52. O Município de Lontras deve implantar uma estrutura interna de Planejamento e de Gestão Urbana Municipal, pautada por procedimentos técnicos, que permitam o desenvolvimento de um processo contínuo, dinâmico e flexível de planejamento e gestão da política urbana através das seguintes ações:

I – estruturar e equipar o órgão municipal de planejamento e de fiscalização de obras, dando qualificação aos servidores responsáveis;

II – ampliar as ações de fiscalização e impedimento de ocupações irregulares;

III – contratar fiscal de obras e posturas com cargo efetivo;

IV – adequar o Núcleo Gestor de Planejamento Territorial – NGPT a exigência do Ministério das Cidades, criando o Conselho das Cidades;

V – atualização permanente do Cadastro Imobiliário;

VI – revisão da planta genérica de valores;

VII – consolidar todas as leis de perímetro urbano em uma só, com coordenadas georeferenciadas;

VIII – oficializar a delimitação dos bairros;

IX – oficializar a delimitação das comunidades do município e a denominação das rodovias municipais.

CAPITULO IV DO MACROZONEAMENTO E DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Seção I Do Macrozoneamento Territorial

Subseção I Das Áreas Urbanas e Rurais

Art. 53. Para efeitos de planejamento e de gestão fica o território municipal de Lontras subdividido em Área Urbana e Área Rural.

§ 1º Área Urbana é aquela definida em lei municipal específica, e que tem por objetivo abrigar o crescimento ordenado da cidade sendo seu uso prioritário destinado às atividades e usos de natureza urbana, não sendo obrigatoriamente contínua.

§ 2º Área Rural é a porção restante do território municipal, que se destina preferencialmente à prática da agricultura, pecuária, silvicultura, à conservação dos recursos naturais e a outras atividades assemelhadas, bem como ao desenvolvimento das atividades turísticas e de lazer, e que se encontram fora dos limites do perímetro urbano do Município.

Seção II Das Macrozonas

Art. 54. O Macrozoneamento territorial tem como objetivo principal propor critérios de uso e de ocupação na utilização do espaço do Município de Lontras, levando-se em consideração as características ambientais e suas potencialidades, propiciando o uso racional para fins urbanos, para atividades rurais, ao desenvolvimento das atividades econômicas e as áreas destinadas à preservação ambiental e de interesse turístico.

Art. 55. Para fins de planejamento territorial, o Município de Lontras fica subdividido em 02 (duas) Macrozonas de Uso, delimitadas de acordo com o Anexo 01 – Mapa de Macrozoneamento, da seguinte forma:

I – Macrozona Urbana – MZU;

II – Macrozona Rural – MZR.

Art. 56. As delimitações das Macrozonas de Uso visam atingir os seguintes objetivos:

I – incentivar, coibir e qualificar a ocupação, compatibilizando a capacidade de infraestrutura instalada com a proteção ao meio ambiente;

II – contenção da expansão desordenada da área urbana que possa acarretar problemas de natureza sócio-ambiental;

III – minimização dos custos de implantação, manutenção e otimização da infraestrutura urbana e dos serviços públicos essenciais;

IV – ordenar o processo de expansão territorial visando o desenvolvimento sustentável do Município.

Subseção I Da Macrozona Urbana

Art. 57. A Macrozona Urbana – MZU são áreas com destinação predominantemente urbana, delimitada pelo atual perímetro urbano da Sede do município de Lontras.

Parágrafo Único. São objetivos das áreas inclusas na Macrozona Urbana:

I – induzir a ocupação ordenada e de media e baixa densidade;

II – compatibilizar a ocupação e o adensamento com a capacidade de suporte da infra-estrutura, especialmente o sistema de água e esgoto, bem como a oferta de equipamentos sociais;

III – democratizar o acesso a terra urbanizada;

IV – garantir a utilização dos imóveis não edificadas, subutilizados e não utilizados.

Art. 58. As Zonas a serem delimitadas no interior da Macrozona Urbana são aquelas que devem conter usos e ocupações destinadas prioritariamente às funções urbanas e delimitadas de acordo com critérios específicos que priorizem a sua vocação e suas particularidades.

Subseção II Da Macrozona Rural

Art. 59. A Macrozona Rural – MZR são áreas com destinação predominantemente agropecuária ou extrativista.

Parágrafo Único. São objetivos das áreas inclusas na Macrozona Rural:

I – disponibilizar áreas propícias para atividades agrícolas;

II – promover o uso controlado do solo em áreas rurais compatibilizando-as com a proteção do meio ambiente;

III – incentivar o turismo rural e o ecoturismo, disciplinando a implantação de equipamentos e de serviços nessas áreas.

Art. 60. A Macrozona Rural será subdividida em demais zonas, que pelas suas características devem conter usos e ocupações destinadas preferencialmente às funções produtivas do setor primário, secundário e de incentivo ao turismo.

Parágrafo Único. Farão parte também desta Macrozona aquelas áreas que por suas características, contenham usos e ocupações destinadas preferencialmente às atividades de baixo impacto urbano e ambiental, como as áreas delimitadas e inclusas como Unidades de Conservação definidas por lei específica e que apresentam certa fragilidade ambiental e contam com grandes áreas sem ocupação para fins urbanos.

Seção III Do Zoneamento

Art. 61. A divisão do território municipal em zonas visa garantir critérios para o uso e a ocupação do solo no Município de Lontras em cada uma das zonas criadas, objetivando ordenar sua ocupação e garantir a preservação do meio ambiente conforme suas características, evitando o descontrole urbanístico e a expansão desnecessária da malha urbana em direção as áreas ambientalmente mais frágeis.

Parágrafo Único. A delimitação das Zonas, tanto nas áreas urbanas como na área rural obedecem aos princípios, às diretrizes e os objetivos contidos na presente Lei, e em particular, na adequação de seus limites ao Macrozoneamento proposto e delimitado pelo Anexo 01.

Seção IV **Da Subdivisão das Macrozonas**

Subseção I **Da Macrozona Urbana**

Art. 62. A Macrozona Urbana – MZU subdivide-se em:

I – Zona Urbana 1 – ZU1: são áreas destinadas predominantemente ao uso comercial e de prestação de serviços de menor porte, complementado pelo uso residencial, industrial de até pequeno porte e outros compatíveis;

II – Zona Urbana 2 – ZU2: são áreas destinadas predominantemente ao uso comercial e de prestação de serviços de maior porte, uso industrial de pequeno e médio porte e outros compatíveis, com característica de corredor de serviços;

III – Zona Urbana 3 – ZU3: são áreas destinadas ao uso residencial predominante e de maior densidade, complementado pelos usos não incômodos a habitação;

IV – Zona Urbana 4 – ZU4: são áreas destinadas ao uso residencial predominante e de menor densidade, complementado pelos usos não incômodos a habitação;

V – Zona Urbana 5 – ZU5: áreas destinadas à concentração ou tendência de crescimento do uso industrial de até grande porte e de grande potencial poluidor e degradador, conforme classificação da FATMA;

VI – Zona Urbana 6 – área de proteção do aeródromo, compreendendo as propriedades vizinhas ao aeródromo e que estão sujeitas a restrições especiais. Esta zona é dividida em três subzonas:

a) Zona Urbana 6 A – ZU6A: área de cota nula, conforme Decreto Federal nº 83.399, de 03 de maio de 1979, e envolve uma faixa ao longo da pista de pouso, onde não é permitido qualquer aproveitamento da área, tais como construções, instalações e colocação de objetos de natureza temporária ou permanente, fixos ou móveis;

b) Zona Urbana 6 B – ZU6B: área de aproximação e transição 01, conforme Decreto Federal nº 83.399, de 03 de maio de 1979, área de prolongamento da pista, formada por cone de aproximação de raio de 300 m

(trezentos metros) a partir das extremidades da área de cota nula, onde a altura máxima permitida para as edificações é de 3,00 m (três metros);

c) Zona Urbana 6 C – ZU6C: área de aproximação e transição 02, conforme Decreto Federal nº 83.399, de 03 de maio de 1979, área de prolongamento da pista, formada por cone de aproximação de raio de 200 m (duzentos metros) a partir das extremidades da área de aproximação e transição 01, onde a altura máxima permitida para as edificações é de 9,00 m (nove metros).

Art. 63. Os limites das zonas urbanas do Município de Lontras estão delimitadas no Anexo 03 – Mapa de Zoneamento Urbano.

Subseção II **Da Macrozona Rural**

Art. 64. A Macrozona Rural – MZR subdivide-se em:

I – Zona Rural 1 – ZR1: são áreas próximas do perímetro urbano atual e que apresentam potencial e/ou tendência de ocupação a médio ou a longo prazo, devido a boa localização ao longo dos eixos viários ou a tendência de crescimento das expectativas urbanas;

II – Zona Rural 2 – ZR2: são áreas predominantemente de produção primária, com baixa densidade habitacional, onde devem ser incentivadas as características rurais com estabelecimento de critérios adequados de manejo do solo.

III – Zona Rural 3 – ZR3: são áreas que fazem parte dos mananciais existentes, objetivando a preservação, a captação, o tratamento e o abastecimento de água potável no município.

Parágrafo Único. A Zona Rural 03 será delimitada e mapeada posteriormente, através de estudos técnicos, levantamentos e terá legislação municipal específica.

Art. 65. Os limites das zonas rurais do Município de Lontras estão delimitadas no Anexo 02 – Mapa de Zoneamento Municipal.

Seção V **Das Áreas de Preservação Permanente**

Art. 66. São consideradas Áreas de Preservação Permanente – APP no Município de Lontras, aquelas assim classificadas pela legislação federal e estadual vigente.

Parágrafo Único. Nas áreas situadas no Município deverão ser observados os limites e parâmetros de ocupação estabelecidos pela legislação federal e estadual vigente.

Art. 67. Consideram-se, ainda, de preservação permanente, quando assim declaradas por ato do Poder Público, as florestas e demais formas de vegetação natural destinadas:

- a) a atenuar a erosão das terras;
- b) a formar faixas de proteção ao longo de rodovias;
- c) a proteger sítios de excepcional beleza ou de valor científico ou histórico;
- d) a asilar exemplares da fauna ou flora ameaçados de extinção;
- e) a assegurar condições de bem-estar público.

Art. 68. A supressão total ou parcial de florestas em área de preservação permanente – APP só será admitida com prévia autorização do Órgão Ambiental responsável.

Art. 69. O Poder Executivo Municipal deverá apontar no ato da Consulta Prévia para Licenciamento de Obras, as áreas protegidas por lei bem como as áreas sujeitas a algum tipo de risco ambiental.

Art. 70. Fica definida como faixa de reserva sanitária, a faixa não edificável de 3,0 m (três metros) de cada lado, ao longo das redes públicas de drenagem pluvial ou esgoto sanitário, a partir do eixo da tubulação.

Seção VI

Das Zonas de Especial Interesse

Art. 71. As Zonas de Especial Interesse compreendem as áreas do território municipal que exigem tratamento especial na definição de parâmetros reguladores do uso e ocupação do solo, diferenciando-se do zoneamento usual e são classificadas em:

- I – Zonas de Especial Interesse Ambiental – ZEIA;
- II – Zonas de Especial Interesse Histórico e Cultural – ZEIHC;
- III – Zonas de Especial Interesse Social – ZEIS.

§ 1º Salvo o explicitamente disposto em Lei Específica, as Zonas Especiais deverão obedecer aos parâmetros de uso do solo e os coeficientes de aproveitamento da Zona onde se localizam.

§ 2º Os demais parâmetros urbanísticos para as Zonas Especiais serão definidos nas leis municipais que regulamentarão cada uma das Zonas nomeadas nos incisos de I a III.

§ 3º As leis referidas no parágrafo anterior deverão estabelecer diretrizes para compatibilização entre diferentes Zonas especiais, na hipótese de sobreposição das mesmas.

§ 4º Além das Zonas delimitadas no Mapa de Zonas de Especial Interesse, Anexos 07 desta lei, outras poderão ser delimitadas e mapeadas posteriormente, através de lei municipal específica.

Subseção I

Das Zonas de Especial Interesse Ambiental

Art. 72. As Zonas de Especial Interesse Ambiental – ZEIA são constituídas por áreas necessárias à manutenção ou recuperação de recursos naturais e paisagísticos, bem como as que apresentem riscos à segurança e ao assentamento humano.

§ 1º A identificação das Zonas de Especial Interesse Ambiental possui ainda o objetivo de proteger e preservar o patrimônio natural do Município, devendo ser instituídas através de lei municipal, com definição de limites, usos permitidos, prazos para a sua recuperação ambiental, instrumentos e regime urbanístico próprios para cada caso.

§ 2º Ficam as Zonas de Especial Interesse Ambiental consideradas como áreas de conservação e sujeitas a parâmetros urbanísticos e de manejo de solo determinados pelo Núcleo Gestor de Planejamento Territorial junto com o Órgão Municipal de Meio Ambiente, de forma coerente a cada área e à legislação federal, estadual e municipal pertinente.

Art. 73. As Zonas de Especial Interesse Ambiental – ZEIA, no Município de Lontras são classificadas nas seguintes categorias:

I – ZEIA 01 – são as áreas necessárias à manutenção ou recuperação de recursos naturais e paisagísticos municipais.

II – ZEIA 02 – é a área anteriormente utilizada como depósito de resíduos sólidos urbanos que se encontra desativada, devendo a mesma ser ambientalmente recuperada e reflorestada com espécies da mata nativa, sendo vedado a ocupação habitacional ou o parcelamento do solo.

III – ZEIA 03 – área de proteção sanitária para futura implantação da Estação de Tratamento de Esgoto – ETE, sendo vedado o parcelamento do solo em lotes inferiores a 1.000,0 m² (hum mil metros quadrados), permitida, exclusivamente ocupações habitacionais isoladas e práticas agrícolas.

IV – ZEIA 04 – área de risco, a ser definida pelo órgão de Defesa Civil, objetivando evitar e minimizar desastres e catástrofes naturais, com a finalidade da recuperação e preservação ambiental.

Art. 74. As Zonas de Especial Interesse Ambiental – ZEIA serão delimitadas e mapeadas posteriormente, através de lei municipal específica.

Subseção II

Das Zonas de Especial Interesse Histórico e Cultural

Art. 75. As Zonas de Especial Interesse Histórico e Cultural – ZEIHC são as áreas ou edificações com interesse de tratamento especial, por ser ponto de referência da paisagem enquanto testemunho da história local ou regional.

Art. 76. São classificadas nesta categoria as edificações históricas a serem inventariadas no município através de levantamento do patrimônio histórico e cultural existente, nos termos da lei municipal específica vigente.

Parágrafo Único. Qualquer modificação seja ela reforma, ampliação ou demolição, numa edificação localizada em Zona de Especial Interesse Histórico e Cultural, ficará sujeita à aprovação prévia do Conselho Municipal de Cultura junto com os Órgãos Municipais de Planejamento e de Cultura.

Subseção III

Das Zonas de Especial Interesse Social

Art. 77. As Zonas de Especial Interesse Social – ZEIS, são áreas do território municipal destinadas prioritariamente à regularização fundiária, urbanização e à produção e manutenção de habitação de interesse social – HIS, bem como à implantação de loteamentos de interesse social, tais como:

I – ZEIS 1 - os loteamentos ou ocupações irregulares onde se houver o interesse de regularização jurídica da posse da terra e a sua integração à estrutura urbana, de acordo com as diretrizes estabelecidas na legislação pertinente;

II – ZEIS 2 - lotes ou gleba ainda não edificados, subutilizados ou não utilizados, onde haja interesse público em elaborar programas habitacionais para a população de baixa renda.

Art. 78. Os parâmetros urbanísticos e de regularização das Zonas de Especial Interesse Social – ZEIS serão determinados pelo seu Plano de Urbanização.

Parágrafo Único. O Plano de Urbanização para cada ZEIS será estabelecido por Lei específica e deverá prever:

I – as diretrizes, índices e parâmetros urbanísticos específicos para o parcelamento e para o uso e a ocupação do solo;

II – diagnóstico da ZEIS que contenha no mínimo: análise físico-ambiental, análise urbanística e fundiária e caracterização sócio-econômica da população;

III – os planos e projetos para as intervenções urbanísticas necessárias à recuperação física da área, incluindo, de acordo com as

características locais, sistema de abastecimento de água e de coleta de esgotos, drenagem de águas pluviais, coleta regular de resíduos sólidos, iluminação pública, adequação dos sistemas de circulação de veículos e pedestres, eliminação de situações de risco, estabilização de taludes e de margens de córregos, tratamento adequado das áreas verdes públicas, instalação de equipamentos sociais e os usos complementares ao residencial;

IV – instrumentos aplicáveis para a regularização fundiária;

V – forma de participação da população na implementação e gestão das intervenções previstas;

VI – fontes de recursos para a implementação das intervenções;

VII – atividades de geração de emprego e renda;

VIII – plano de ação social;

IX – a realocação das famílias que ocupam imóvel localizado em Áreas de Preservação Permanente – APP ou área de risco para áreas dotadas de infra-estrutura, devendo ser garantido o direito à moradia digna, preferencialmente em empreendimentos de Habitação de Interesse Social – HIS implementados nas ZEIS.

Art. 79. Nas Zonas de Especial Interesse Social – ZEIS do tipo 2 poderão ser implantados loteamentos de interesse social ou empreendimentos de habitação de interesse social – HIS sob a modalidade de Consórcio Imobiliário entre o Poder Público e a Iniciativa Privada.

Parágrafo Único. Consideram-se loteamento de interesse social aquele destinado à produção de lotes urbanizados, com tamanho mínimo de 250,00 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) e testada mínima de 10,00m (dez metros), destinados ao assentamento de famílias cadastradas pelo Município de Lontras e que se enquadrem nos critérios estabelecidos no Plano Municipal de Habitação de Interesse Social.

Art. 80. Além das ZEIS delimitadas no Mapa de Zonas de Especial Interesse, Anexos 07 desta lei, outras poderão ser delimitadas e mapeadas posteriormente, através de lei municipal específica.

CAPÍTULO V

DOS PARÂMETROS PARA USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Seção I

Dos Índices Urbanísticos

Art. 81. Os limites à ocupação do solo no Município de Lontras serão regulados pelo disposto na presente Lei, constantes no Anexo 04 – Tabela de Índices Urbanísticos, sendo que os índices e instrumentos urbanísticos

adotados para disciplinar o ordenamento territorial no Município, são os seguintes:

- I – coeficiente de aproveitamento máximo do lote (CA);
- II – afastamentos das edificações;
- III – gabarito de altura (número máximo de pavimentos);
- IV – taxa de ocupação máxima do lote (TO);
- V – tamanho mínimo do lote;
- VI – testada mínima do lote;
- VII – usos proibidos.

Subseção I **Coeficiente de Aproveitamento (CA)**

Art. 82. O Coeficiente de Aproveitamento (CA) é o índice urbanístico que define o potencial construtivo de cada lote a partir da unidade territorial em questão, e é calculado através do produto entre este e a área do lote, sendo calculado através da seguinte fórmula:

Potencial Construtivo = área do lote x coeficiente de aproveitamento

Subseção II **Taxa de Ocupação (TO)**

Art. 83. A Taxa de Ocupação (TO) corresponde ao índice urbanístico que limita a máxima projeção ortogonal possível da área a ser construída sobre o lote em questão, e tem por finalidade determinar o limite máximo de impermeabilidade do solo.

Subseção III **Dos Afastamentos**

Art. 84. Entende-se por afastamentos os índices urbanísticos necessários à qualificação ambiental das áreas construídas, em especial a garantia de parâmetros mínimos à ventilação e iluminação natural, obtidos pela projeção ortogonal da frente, das laterais e do fundo da edificação, às divisas do lote.

Art. 85. Os afastamentos mínimos obrigatórios nas edificações são determinados segundo a zona de uso a qual pertencem, e estão indicados na Tabela de Índices Urbanísticos – Anexo 04.

§ 1º Os afastamentos mínimos laterais e fundos das edificações serão de $H/8$ (altura total dividida por oito), 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros ou 3,0 m (três metros), dependendo da zona onde o lote estiver inserido, sendo que para qualquer situação o afastamento mínimo permitido será de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) quando existirem aberturas.

§ 2º Para efeito de cálculo do afastamento mínimo, “H” é a altura total da edificação, medida a partir do piso do pavimento térreo até a laje de cobertura do último pavimento.

Art. 86. Será permitido construir junto às divisas laterais e fundos do lote, desde que utilizando paredes cegas, que de modo algum possibilitem o caimento de águas pluviais para o lote vizinho e sendo atendidas as exigências do Código de Obras Municipal.

§ 1º Para efeito desta lei, entende-se por parede cega, a parede construída sem qualquer tipo de abertura.

§ 2º Nas zonas urbanas ZU1, ZU2, ZU3, ZU4 a altura máxima permitida para a parede cega será de 10,00 m (dez metros) a partir do piso do pavimento térreo, incluindo-se nesta medida as platibandas ou quaisquer acabamentos de cobertura.

§ 3º Na Zona Urbana 5 – ZU5 não será permitido o uso de parede cega.

§ 4º Na Zona Urbana 6 – ZU6, nas subzonas onde é permitida a edificação, será permitido o uso de parede cega apenas no pavimento térreo.

§ 5º Quando as paredes cegas não forem construídas no alinhamento do lote, deverão obedecer a uma distância mínima da divisa de 0,80 m (oitenta centímetros) para permitir acesso de pessoas para limpeza e manutenção do local.

Subseção IV Do Gabarito de Altura

Art. 87. O gabarito de altura é o índice que limita o número máximo de pavimentos permitido para cada zona em que se situa a obra, visando garantir segurança, conforto ambiental e preservação da paisagem urbana.

§ 1º Considera-se altura da edificação a distância vertical medida entre a laje do pavimento térreo e a laje de cobertura do último pavimento.

§ 2º Os pavimentos considerados como subsolo não serão considerados para efeito de cálculo do gabarito de altura.

§ 3º Considera-se como subsolo, para o efeito desta Lei, o pavimento abaixo do nível do solo em todo o perímetro da edificação, permitindo-se que:

I – um pavimento de subsolo esteja com a face superior da laje de cobertura a, no máximo, 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) acima do nível do solo;

II – uma das faces de um dos pavimentos em subsolo, por onde for projetado o acesso ao subsolo poderá estar totalmente livre (desenterrada).

§ 4º Não serão computadas para efeito de cálculo do gabarito de altura das edificações, as seguintes situações:

I – utilização da cobertura do último pavimento para construção de edificação coberta para uso da administração, zeladoria, lazer e recreação de uso comum dos condomínios desde que: não ultrapassem a 50% (cinquenta por cento) da área da cobertura, 01 (um) pavimento e ponto máximo de cobertura de 4,00 m (quatro metros) acima da laje de cobertura do último pavimento;

II – caixas d'água, antenas, casas de máquinas, de bombas, de transformadores, centrais de ar condicionado, instalações de aquecimento de água, acessos a escadas e demais instalações de serviços;

III – para o cálculo dos 50% (cinquenta por cento) previstos no inciso I deste parágrafo, será considerada a área total coberta construída, inclusive as projeções horizontais das edificações constantes no inciso II;

IV – as edificações cobertas citadas no inciso I deste parágrafo serão computadas no cálculo do índice do coeficiente de aproveitamento (CA) da edificação.

Subseção V

Das Vagas de Estacionamento

Art. 88. O número mínimo de vagas de estacionamento e vagas para carga e descarga exigidas para todas as novas construções e ampliações das construções existentes, são estabelecidas pelo tipo de uso, conforme segue:

I – Uso Residencial Unifamiliar – 1 (uma) vaga de automóvel por unidade habitacional;

II – Uso Residencial Multifamiliar – 1 (uma) vaga de automóvel por unidade habitacional de até 150m² (cento e cinquenta metros quadrados) de área construída; 2 (duas) vagas de automóvel por unidade habitacional com área construída acima de 150m² (cento e cinquenta metros quadrados);

III – Hotéis e demais meios de hospedagem – 1 (uma) vaga de automóvel para cada 3 (três) leitos. Hotéis com mais de 40 (quarenta) leitos deverão ter 1(uma) vaga de ônibus para cada 40 (quarenta) leitos + 1(uma) vaga para embarque e desembarque de ônibus, podendo esta última estar localizada na via pública;

IV – Motéis – 1 (uma) vaga de automóvel por apartamento;

V – Uso Comercial Varejista em Geral e Prestação de Serviços – 1 (uma) vaga de automóvel para cada 100,0m² (cem metros quadrados) de área construída, sendo no mínimo 2 (duas) vagas;

VI – Uso Institucional – 1 (uma) vaga de automóvel para cada 75,0m² (setenta e cinco metros quadrados) de área construída;

VII – Ambulatórios e Clínicas médicas – 1 (uma) vaga de automóvel para cada 75,0m² (setenta e cinco metros quadrados) de área construída + 1 (uma) vaga coberta de embarque e desembarque de ambulâncias;

VIII – Hospitais e Maternidades – 1 (uma) vaga de automóvel para cada 4 (quatro) leitos + 1 (uma) vaga coberta de embarque e desembarque de ambulâncias;

IX – Uso Educacional A – destinado a entidade de ensino de nível fundamental até médio e consistirá em 1 (uma) vaga de automóvel para cada 100,0m² (cem metros quadrados) de área construída + 2 (duas) vagas de embarque e desembarque de ônibus, podendo esta última estar localizada na via pública;

X – Uso Educacional B – destinado a entidade de ensino de nível técnico e superior e consistirá em 1 (uma) vaga de automóvel para cada 50,0m² (cinquenta metros quadrados) de área construída + 2 (duas) vagas de embarque e desembarque de ônibus, podendo esta última estar localizada na via pública;

XI – Uso Religioso – 1 (uma) vaga de automóvel para cada 30,0m² (trinta metros quadrados) de área construída;

XII – Uso Recreacional – 1 (uma) vaga de automóvel para cada 25,0m² (vinte e cinco metros quadrados) de área construída;

XIII – Uso Industrial – 1 (uma) vaga de automóvel para cada 100,0m² (cem metros quadrados) de área construída + área reservada para estacionamento de motos e bicicletas + 1 (uma) vaga para carga e descarga de caminhões.

§ 1º Os locais para estacionamento serão:

I – proporcionais as áreas edificadas e a fração excedente a 50% (cinquenta por cento) da área mínima exigida por vaga de estacionamento, corresponderá sempre a mais uma vaga;

II – cobertos ou descobertos.

§ 2º As vagas de estacionamento de automóveis terão as dimensões mínimas de 2,50 m x 5,00 m.

§ 3º As áreas destinadas a garagens ou estacionamentos cobertos não serão computadas para efeito de cálculo do coeficiente de aproveitamento.

§ 4º Caminhões que tenham origem ou destino às indústrias não poderão ficar estacionados na via pública, devendo a empresa prever o espaço necessário para manobras dentro de seu lote.

Parágrafo Único. Todas as áreas de estacionamento de veículos, localizadas em vias ou em espaço públicos, deverão ser reservadas vagas próximos dos acessos de circulação de pedestres, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência e com dificuldade de locomoção, em número equivalente a 2% (dois por cento) do total, garantida, no mínimo, 1 (uma) vaga, devidamente sinalizada e com as especificações técnicas de desenho e traçado de acordo com as normas técnicas vigentes.

Seção II

Do Uso do Solo

Art. 89. O uso do solo no Município de Lontras será regulamentado pelos dispositivos constantes nesta Lei e nas demais legislações pertinentes.

Art. 90. Para efeito desta lei, consideram-se as seguintes tipologias de uso do solo:

I – residencial;

II – comercial e/ou prestação de serviços;

III – comunitário e/ou institucional;

IV – industrial e/ou apoio industrial;

V – misto.

§ 1º Considera-se uso residencial, aquele destinado à habitação permanente, esta unifamiliar ou multifamiliar;

§ 2º Considera-se uso comercial e/ou prestação de serviços, aquele destinado ao exercício de atividades caracterizadas pela relação de troca visando o lucro e estabelecendo-se a circulação de mercadores, ou atividade caracterizada pela utilidade de mão-de-obra e assistência de ordem intelectual, incluindo atividades hoteleiras, de alimentação, de serviços para veículos e de serviços de saúde humana ou animal privados;

§ 3º Considera-se uso comunitário e/ou institucional, aquele espaço, estabelecimento ou instalação destinada à educação, lazer, cultura, saúde, assistência social, cultos religiosos e administração pública;

§ 4º Considera-se uso industrial e/ou apoio industrial, aquela atividade pela qual se transforma matéria-prima em bens de produção ou consumo, e a prestação de serviços diretamente relacionados, como armazenagem de produtos e matérias primas, apoio logístico, armazenamento e fornecimento de combustíveis exclusivamente para as atividades industriais e de apoio industrial;

§ 5º Considera-se uso misto aquele destinado à moradia e também a um outro tipo de uso.

§ 6º Considera-se uso recreacional aquele destinado ao divertimento, entretenimento, lazer e recreação.

Art. 91. Como princípio geral, todos os usos serão admitidos no território do Município, salvo àqueles expressamente proibidos pela presente Lei, e desde que obedeçam as condições, princípios e diretrizes indicados na Tabela de Índices Urbanísticos, podendo os mesmos ser Permitidos, Sujeitos à Análise ou Proibidos.

§ 1º Considera-se permitidos os usos que se enquadram no padrão urbanístico determinados para uma zona;

§ 2º Considera-se sujeitos à análise aqueles usos que deverão sofrer análise prévia pelo Núcleo Gestor de Planejamento Territorial para a liberação do Alvará de Construção e do Alvará de Funcionamento;

§ 3º Consideram-se proibidos os usos que por seu porte ou natureza, são perigosos, nocivos, incômodos e incompatíveis com as finalidades urbanísticas do local, classificada pela FATMA, onde:

I – considera-se perigosa a atividade, principalmente a industrial, que pelos ingredientes utilizados ou processos empregados, possam dar origem a explosões, poeiras, exalações e detritos danosos a saúde que eventualmente, possam por em perigo a propriedade e a vida de pessoas ou animais, incluindo-se nesta classe, também os depósitos de inflamáveis e explosivos, seguindo o critério do CORPO DE BOMBEIROS;

II – considera-se nocivas as atividades que durante o seu funcionamento possam dar origem a produção de gases, poeiras, exalações e detritos prejudiciais a saúde da vizinhança;

III – considera-se incômodas as atividades que durante seu funcionamento possam produzir ruídos, trepidações, gases, poeiras e exalações venham incomodar os vizinhos.

§ 4º Considera-se ainda, para o efeito desta lei, como inócuas, as atividades que para o seu funcionamento não resultem em perturbações à vizinhança.

Art. 92. A proibição de alguns usos e atividades em determinadas zonas do município de Lontras, estabelecidos na presente Lei, é determinada pela sua função, pelo porte ou ainda se for considerada:

I – Pólo Gerador de Tráfego Pesado;

II – Pólo Gerador de Tráfego Leve;

III – Pólo Gerador de Ruído Noturno;

IV – Pólo Gerador de Ruído Diurno.

§ 1º Considera-se como Pólo Gerador de Tráfego Pesado as seguintes atividades:

a) estabelecimentos de comércio ou serviço, geradores de tráfego pesado, quando predomina a movimentação de caminhões, ônibus e congêneres;

b) estabelecimentos de posto de abastecimento de combustíveis com capacidade de armazenamento de óleo diesel acima de 15.000l (quinze mil litros);

c) estabelecimentos de companhia transportadora ou estabelecimentos de distribuidora de mercadoria, de mudança e congêneres, que operem com frota de caminhões;

d) estabelecimentos de entreposto, depósitos ou armazéns de estocagem de matéria-prima;

e) estabelecimentos atacadistas ou varejistas de materiais brutos, como sucata, materiais de construção, insumos agrícolas, cerealistas e depósitos de cebola;

f) terminal rodoviário.

§ 2º Considera-se como Pólo Gerador de Tráfego Leve as seguintes atividades:

a) estabelecimentos de comércio de serviço de grande porte, tais como hiper e supermercados, “shopping centers”, lojas de departamentos, centros de compras, pavilhões para feiras ou exposições, varejões e congêneres;

b) locais de grande concentração de pessoas, tais como salas de espetáculos, centros de convenções, estádios e ginásios de esportes, locais de culto religioso, universidades, faculdades e congêneres;

c) hospitais e pronto-socorros.

d) estabelecimentos de posto de abastecimento de combustíveis com capacidade de armazenamento de óleo diesel de até 15.000l (quinze mil litros).

§ 3º Considera-se como Pólo Gerador de Ruído Noturno o estabelecimento de comércio, serviços ou instituição que, pela sua atividade, gere sons ou ruídos no horário compreendido entre as 22 horas e as 6 horas do dia seguinte, representado pelas seguintes atividades:

I – bares com música, bilhares, clubes noturnos, boates e congêneres;

II – salões de baile, salões de festas e congêneres;

III – campos de esportes, edifícios para esporte ou espetáculo;

IV – locais de culto religioso que utilizem alto-falante em cerimônia noturna.

§ 4º Considera-se como Pólo Gerador de Ruído Diurno o estabelecimento de comércio, serviços ou instituição, com atividade que gere sons ou ruídos no horário das 6 horas às 22 horas, representado pelas seguintes atividades:

I – estabelecimentos com atividade de serralheria, carpintaria ou marcenaria que utilizem serra elétrica e similar;

II – estabelecimentos destinados a reparo e pintura de equipamentos pesados ou de veículos automotores.

§ 5º Os usos e atividades que se enquadrarem nos incisos I a IV do “caput” deste artigo, além do cumprimento dos demais dispositivos previstos nesta lei, poderão ter sua aprovação condicionada à elaboração e aprovação de Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV, conforme estabelecido na Lei Federal nº 10.257/2001 – Estatuto da Cidade e regulamentado por lei municipal específica.

§ 6º O porte da edificação definido no caput do artigo é classificada de acordo com os seguintes critérios e usos:

I – para o uso Comercial e/ou Serviços:

a) Pequeno Porte: edificações de até 150,0 m² (cem e cinquenta metros quadrados);

b) Médio Porte: edificações de 150,01 m² até 400,0m² (quatrocentos metros quadrados);

c) Grande Porte: edificações acima de 400,01m²;

d) nas medidas definidas nos incisos anteriores já deverão estar incluídas as áreas de sobrelojas, quando existirem.

II – para o uso Comunitário e/ou Institucional:

a) Pequeno Porte: edificações de até 250,0 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) ou quando tiverem capacidade de atendimento de até 100 pessoas por dia;

b) Médio Porte: edificações de 250,01 m² até 500,0m² (quinhentos metros quadrados) ou quando tiverem capacidade de atendimento de 101 até 500 pessoas por dia;

c) Grande Porte: quando for superior aos demais itens relacionados acima.

III – para o uso Industrial e/ou Apoio Industrial:

a) Pequeno Porte: edificações de até 300,0 m² (trezentos metros quadrados);

b) Médio Porte: edificações de 300,01 m² até 1.000,0m² (mil metros quadrados);

c) Grande Porte: edificações acima de 1.000,1m² (mil metros quadrados).

IV – para o uso Agropecuário e/ou Extrativismo:

a) Pequeno Porte: quando a atividade desenvolvida estabelece uma relação de consumo e produção familiar;

b) Médio Porte: quando a atividade desenvolvida estabelece uma relação de consumo e produção familiar, plantio e criação de animais para elaboração, comercialização do excedente da produção própria;

c) Grande Porte: quando a atividade desenvolvida caracteriza-se para fins de comercialização.

§ 7º O uso industrial e/ou apoio industrial classifica-se em indústria de baixo potencial de degradação ambiental, indústria de médio potencial de degradação ambiental ou indústria de alto potencial de degradação ambiental, de acordo com a classificação do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA.

Seção III

Das Futuras Ampliações do Perímetro Urbano

Art. 93. Quando o Poder Público Municipal, tanto executivo, como legislativo, tiver o interesse de ampliação do perímetro urbano do município de Lontras, após a aprovação desta lei, deverá ser respeitado o que segue:

I – ter aprovação prévia pelo Núcleo Gestor de Planejamento Territorial – NGPT;

II – apresentar estudo de viabilidade técnica das concessionárias que prestam serviços de infra-estrutura de abastecimento de energia elétrica, água potável, esgoto sanitário e drenagem pluvial ao município;

III – apresentar mapa cadastral das áreas que sofrerão ampliação;

IV – prever a ampliação do sistema viário e do zoneamento urbano juntamente com a ampliação do Perímetro Urbano.

Seção IV

Das normas para plantio de espécies arbóreas de grande porte

Art. 94. Deverá o proprietário, possuidor ou arrendatário de imóvel rural, o afastamento mínimo de 10,0 m (dez metros) ao longo das rodovias e estradas municipais, a contar do eixo central da via, para o plantio de floresta ou reflorestamento com espécies arbóreas de grande porte.

Parágrafo Único. O plantio de espécies arbóreas de grande porte em toda a extensão do Perímetro Urbano do Município de Lontras ficará condicionada a apresentação de projeto específico para análise e aprovação do órgão competente.

CAPÍTULO VI

Do Parcelamento do Solo

Art. 95. Os procedimentos para aprovação e implantação de novos parcelamentos do solo no Município de Lontras, devem ser aqueles previstos na Lei Municipal de Parcelamento do Solo, bem como na legislação federal e estadual pertinente e nas disposições constantes na presente Lei.

§ 1º O tamanho do lote mínimo a ser respeitado em cada Zona é aquele previsto na Tabela de Índices Urbanísticos, Anexo 04 da presente lei, e deverá sempre ser observado quando da aprovação dos novos loteamentos e desmembramentos a partir da entrada em vigor da presente Lei.

§ 2º Os lotes de esquina, tanto para loteamentos como para desmembramentos deverão ter sua testada e área mínima acrescida em 20% (vinte por cento) em relação ao mínimo exigido para a zona em que se localiza.

§ 3º Para loteamentos considerados de interesse social e destinado a programas habitacionais realizados pelo poder público municipal, estadual ou federal, as dimensões mínimas dos lotes ofertados devem ser de:

a) área mínima = 250,00 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados);

b) testada mínima = 10,00 m (dez metros).

Art. 96. Os condomínios fechados, assim classificados e enquadrados por lei federal, e destinados para fins residenciais só poderão se localizar nas Áreas Urbanas e serão analisados de acordo com o que dispõe a legislação pertinente, devendo respeitar também às exigências da presente Lei, no que lhe for aplicável.

CAPÍTULO VII

Do Sistema Viário

Art. 97. A malha viária municipal é formada por vias interurbanas e intra-urbanas, sob a jurisdição do Município, do Estado de SC e pelo Governo Federal, assim tuteladas:

I – pelo Governo Federal: Rodovia BR-470;

II – pelo Estado de SC: Rodovia SC-429;

III – pelo Município: as demais.

Art. 98. Sob o aspecto funcional, o sistema viário municipal, conforme indicado nos Mapas do Sistema Viário, Anexos 05 e 06, é constituído de Vias Arteriais, Principais, Secundárias e Projetadas assim definidas:

I – Via Arterial – destinada a atender com prioridade ao tráfego de passagem e secundariamente ao local, servindo altos volumes de tráfego;

II – Via Principal – destinada a penetrar nas diversas comunidades ou bairros do Município e coletar o tráfego até as vias arteriais;

III – Via Secundária – destinada a atender primordialmente ao tráfego local, permitindo acesso direto aos lotes e edificações, comportando aos fluxos cotidianos dos moradores.

IV – Via Projetada – via prevista para futura ampliação do sistema viário, podendo se transformar em uma via arterial, principal ou secundária.

§ 1º Nas Vias Arteriais a segurança e a fluidez do tráfego são condicionantes prioritárias da disciplina do uso e ocupação do solo das propriedades lindeiras.

§ 2º Após a aprovação desta Lei, as ruas caracterizadas como Vias Projetadas deverão em curto prazo, ser abertas por iniciativa do Poder Público Municipal, respeitando-se o seu alinhamento previsto.

§ 3º A classificação das vias deve ser respeitada quando da elaboração dos novos projetos de loteamentos.

Art. 99. As novas vias a serem implantadas no Município de Lontras, devem respeitar as diretrizes estabelecidas pela presente Lei, bem como as exigências do Código Brasileiro de Trânsito.

§ 1º A classificação das novas vias será estabelecida pelo órgão municipal de planejamento do município;

§ 2º As vias que por suas características, não permitem sua ligação com outras vias, deverão necessariamente ser arrematadas com praças de retorno que tenham no mínimo um diâmetro igual a duas vezes a largura de caixa de rolamento da via considerada.

Seção I

Do Gabarito das Vias

Art. 100. Ficam estabelecidos os seguintes gabaritos mínimos de largura para a malha viária municipal:

I – via arterial:

a) rodovia federal com jurisdição federal: faixa de domínio de 70,0 m (setenta metros) a critério do órgão competente com jurisdição sobre a mesma;

II – via principal:

a) rodovia estadual com jurisdição estadual: faixa de domínio de 40,0 m (quarenta metros) a critério do órgão competente com jurisdição sobre a mesma;

b) estrada municipal rural: 12,0 m (doze metros);

c) via municipal urbana: para as vias existentes o gabarito total varia de 12,00 m (doze metros) a 18,00 m (dezoito metros), conforme definido no Anexo 08.

III – via secundária:

a) estrada municipal rural: para as vias existentes o gabarito total varia de 10,00 m (dez metros) a 12,00 m (doze metros), conforme definido no Anexo 08;

b) via municipal urbana: para as vias existentes o gabarito total varia de 6,00 m (seis metros) a 13,00 m (treze metros), conforme definido no Anexo 08;

IV – ciclovia: 1,20 m (um metro e vinte centímetros) se unidirecional e 1,60 m (um metro e sessenta centímetros) se bidirecional;

V – ciclofaixa: 2,0 m (dois metros).

§ 1º As faixas de domínio das rodovias estaduais poderão sofrer variação a critério dos respectivos órgãos competentes com jurisdição sobre as mesmas.

§ 2º A construção de edificações e a instalação de empreendimentos às margens das rodovias federais e estaduais, com acesso por estas, dependerão de prévia anuência do órgão rodoviário com jurisdição sobre as mesmas e deverão respeitar.

§ 3º As dimensões das vias municipais poderão sofrer variação em razão de situações atípicas e peculiares e mediante justificativa técnica.

CAPÍTULO VIII DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO DEMOCRÁTICA

Seção I Dos Instrumentos de Gestão Urbana

Art. 101. Para a promoção, planejamento, controle e gestão do desenvolvimento urbano do Município de Lontras, poderão ser adotados, entre outros, os seguintes instrumentos de política tributária, urbana e ambiental, previstos pelo Estatuto da Cidade:

I – INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO:

- a) Plano Plurianual;
- b) Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- c) Lei de Orçamento Anual;
- d) Plano de Desenvolvimento Econômico e Social;
- e) Planos, Programas e Projetos Setoriais;
- f) Programas, Projetos e Planos Especiais de Urbanização e de Habitação;

II – INSTRUMENTOS JURÍDICOS E URBANÍSTICOS:

- a) parcelamento, edificação ou utilização compulsórios;
- b) IPTU progressivo no tempo;
- c) desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública;
- d) zonas de especial interesse social (ZEIS);
- e) outorga onerosa do direito de construir;
- f) transferência do direito de construir;
- g) operações urbanas consorciadas;
- h) consórcio imobiliário;
- i) direito de preempção;
- j) direito de superfície;
- k) licenciamento ambiental;
- l) tombamento de imóveis;
- m) desapropriação;
- n) estudo de impacto de vizinhança (EIV);
- o) estudo de impacto ambiental (EIA) e relatório de impacto do meio ambiente (RIMA).

III – INSTRUMENTOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA:

- a) concessão de direito real de uso;
- b) concessão de uso especial para fins de moradia;
- c) usucapião especial de imóvel urbano;
- d) cessão de posse para fins de moradia.

IV – INSTRUMENTOS TRIBUTÁRIOS E FINANCEIROS:

- a) impostos municipais diversos;
- b) taxas, tarifas e preços públicos específicos;
- c) contribuição de melhorias;
- d) incentivos e benefícios fiscais e financeiros;
- e) fundo municipal de desenvolvimento local.

V – INSTRUMENTOS JURÍDICO-ADMINISTRATIVOS:

- a) servidão e limitação administrativas;
- b) autorização, permissão ou concessão de uso de bens públicos municipais;
- c) concessão dos serviços públicos urbanos;

- d) gestão de serviços urbanos com organizações sociais, assim declaradas pelo poder Público Municipal;
- e) convênios e acordos técnicos, operacionais e de cooperação institucional;
- f) termo administrativo de ajustamento de conduta;

VI – INSTRUMENTOS E MECANISMOS DE GESTÃO DEMOCRÁTICA:

- a) conselhos municipais;
- b) fundos municipais;
- c) audiências e consultas públicas;
- d) conferências municipais/ou regionais;
- e) iniciativa popular de projetos de lei;
- f) referendo e plebiscito.

Parágrafo Único. Os instrumentos jurídicos e urbanísticos previstos no inciso II, do *caput* do artigo, visam promover uma melhor utilização do solo e induzir a ocupação de áreas já dotadas de infra-estrutura e de equipamentos sociais, aptas para urbanizar, evitando a expansão desnecessária do perímetro urbano para regiões não servidas de infraestrutura ou àquelas consideradas frágeis sob o ponto de vista ambiental, de forma a garantir a função social da cidade e da propriedade.

Art. 102. Os instrumentos jurídicos e urbanísticos previstos na presente Lei e no Estatuto da Cidade, somente poderão ser aplicados após regulamentação específica a ser aprovada através de Lei Complementar Municipal, ouvido o Núcleo Gestor de Planejamento Territorial – NGPT e sempre que necessário, com realização de Audiência Pública a ser convocada pelo Executivo Municipal ou pela Câmara de Vereadores.

Subseção I Dos Instrumentos de Regularização Fundiária

Art. 103. A regularização fundiária compreende um processo de intervenção pública, sob os aspectos jurídico, físico e social, que objetiva legalizar a permanência de populações moradoras de áreas urbanas ocupadas em desconformidade com a lei, para fins de habitação, implicando melhorias no ambiente urbano do assentamento, no resgate da cidadania e da qualidade de vida da população beneficiária.

Parágrafo Único. O Município de Lontras, poderá proceder ações efetivas para regularizar os loteamentos considerados clandestinos ou ilegais, de forma a dar segurança jurídica aos moradores desses assentamentos, bem como providenciar melhorias urbanísticas nessas áreas.

Art. 104. A regularização fundiária no município de Lontras poderá ser efetivada nas zonas identificadas como de Especial Interesse Social - ZEIS e através dos seguintes instrumentos:

I – concessão de direito real de uso, de acordo com o estabelecido em legislação federal pertinente;

II – concessão de uso especial para fins de moradia, quando se tratar de imóvel público;

III – da cessão de posse para fins de moradia, nos termos da legislação federal;

IV – do usucapião especial de imóvel urbano;

V – direito de preempção;

VI – direito de superfície.

Seção II

Do Sistema Municipal de Planejamento e Gestão

Art. 105. O Município de Lontras deve implantar uma estrutura interna de Planejamento e de Gestão Urbana, pautada por procedimentos técnicos, democráticos e participativos que permitam o desenvolvimento de um processo contínuo, dinâmico e flexível de planejamento e gestão da política urbana.

Art. 106. São objetivos fundamentais do Sistema Municipal de Planejamento e Gestão:

I – criar canais de participação da sociedade na gestão municipal da política urbana;

II – garantir eficiência e eficácia à gestão, visando a melhoria da qualidade de vida;

III – instituir processo permanente e sistematizado de detalhamento, atualização e revisão do Plano Diretor.

Art. 107. O Sistema Municipal de Planejamento e Gestão deve atuar nos seguintes níveis:

I – formulação de estratégias, de políticas e de atualização do Plano Diretor;

II – gerenciamento do Plano Diretor, de formulação e aprovação dos programas e projetos para a sua implementação;

III – monitoramento e controle dos instrumentos urbanísticos e dos programas e projetos aprovados.

Art. 108. O Sistema Municipal de Planejamento e Gestão deverá ser composto pelos seguintes órgãos e instrumentos de planejamento:

I – Núcleo Gestor de Planejamento Territorial – NGPT;

II – Cadastro Técnico Municipal;

III – Conferência Municipal ou Regional das Cidades;

IV – Audiências Públicas;

V – Iniciativa popular de projetos de lei, de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

VI – Plebiscito e referendo popular;

VII – Outros Conselhos Municipais.

Parágrafo Único. Deverá ser assegurada a participação da população e de entidades representativas dos vários segmentos, na formulação, execução e acompanhamento dos planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

Subseção I

Do Sistema de Gestão dos Serviços Municipais

Art. 109. O Sistema de Gestão dos Serviços Municipais de Lontras deve ter como objetivo fornecer informações para o planejamento, o monitoramento, a implementação e a avaliação da política urbana, subsidiando a tomada de decisões ao longo do processo.

Parágrafo Único. O Sistema de Gestão dos Serviços Municipais deverá conter e manter atualizados dados, informações e indicadores sociais, culturais, econômicos, financeiros, patrimoniais, administrativos, físico-territoriais, inclusive cartográficos, ambientais, imobiliários e outros de relevante interesse para o Município.

Art. 110. O Sistema de Gestão dos Serviços Municipais deverá obedecer aos seguintes princípios:

I – simplificação, economia, eficácia, clareza, precisão e segurança, a fim de evitar a duplicação de meios e instrumentos para fins idênticos;

II – democratização, publicidade e disponibilidade das informações, em especial daquelas relativas ao processo de implementação, controle e avaliação do Plano Diretor;

III – garantir mecanismos de monitoramento e gestão do Plano Diretor, na formulação e aprovação dos programas e projetos para sua implementação e na indicação das necessidades de seu detalhamento, atualização e revisão;

IV – garantir estruturas e processos democráticos e participativos para o planejamento e gestão da política urbana, de forma continuada, permanente e dinâmica.

Subseção II

Do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial

Art. 111. O Núcleo Gestor de Planejamento Territorial – NGPT de Lontras, criado através da Lei nº 1.209 de 14 de maio de 2007 é o órgão consultivo e deliberativo que tem por finalidade garantir os instrumentos necessários à efetivação do Plano Diretor Municipal, composto por representantes do Poder Público e da sociedade civil.

Art. 112. Mediante proposição do NGPT poderá ocorrer modificação na denominação e atribuições que poderá ser objeto de lei específica após prévia aprovação.

Subseção III

Da Conferência da Cidade

Art. 113. A Conferência da Cidade ocorrerá ordinariamente a cada 02 (dois) anos, sempre precedendo a Conferência Estadual e/ou Nacional, sendo sua convocação, organização e coordenação realizada por iniciativa do Poder Executivo, com exceção das realizadas em caráter extraordinário, quando então serão convocadas, organizadas e coordenadas pelo Núcleo Gestor de Planejamento Territorial – NGPT ou por órgão semelhante.

Parágrafo Único. A Conferência de que trata o *caput* do artigo, poderá ser realizada de forma regionalizada, em parceria com outros órgãos e municípios da região e terá a mesma validade, sendo aberta à participação de todos os cidadãos interessados.

Art. 114. A Conferência Municipal ou Regional da Cidade deverá, dentre outras atribuições:

I – apreciar as diretrizes da política urbana do Município e da Região;

II – formular propostas para os programas federais e estaduais de política urbana;

III – debater os relatórios anuais de gestão da política urbana, apresentando críticas e sugestões;

IV – sugerir ao Poder Executivo adequações nas ações estratégicas, destinadas à implementação dos objetivos, diretrizes, planos, programas e projetos;

V – deliberar sobre plano de trabalho para o biênio seguinte.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 115. A contar da data de entrada em vigor da presente lei, o Poder Executivo Municipal encaminhará para o Legislativo, no que for aplicável, projetos de lei contendo a revisão ou implementação das seguintes legislações:

I – No prazo de 01 (um) ano:

- a) Código de Obras e Edificações;
- b) Lei de Parcelamento do Solo;
- c) Código de Posturas;
- d) Delimitação dos bairros.

II – No prazo de 02 (dois) anos:

- Macro;
- a) Plano de Circulação de Tráfego Central e Plano Viário Estrutural
 - b) Mapeamento das áreas de risco a desastres naturais;
 - c) Mapeamentos das Zonas de Interesse Especial;
 - d) Levantamento das áreas definidas como Zona Rural 03 – ZR3;
 - e) Instituir os sistemas municipais de planejamento e de gestão dos serviços municipais;
 - f) Aprovar a legislação municipal de incentivo à preservação do patrimônio histórico construído.

Parágrafo Único. Havendo necessidade, o Poder Executivo poderá encaminhar outros Projetos de Lei que regulamentem dispositivos e instrumentos legais integrantes do presente Plano Diretor.

Art. 116. Fazem parte integrante desta Lei os seguintes Anexos:

- a) Anexo 01 – Mapa de Macrozoneamento;
- b) Anexo 02 – Mapa de Zoneamento Municipal;
- c) Anexo 03 – Mapa de Zoneamento Urbano (**Alterado pela L.C. 0047 de 26.11.12**);
- d) Anexo 04 – Tabela de Índices Urbanísticos;
- e) Anexo 05 – Mapa do Sistema Viário Municipal;
- f) Anexo 06 – Mapa do Sistema Viário Urbano;
- g) Anexo 07 – Mapa das Zonas de Especial Interesse;
- h) Anexo 08 – Gabarito das Vias (**Alterado pela L.C. 0047 de 26.11.12**).

Art. 117. Fica o Executivo Municipal autorizado a regulamentar a legislação urbanística do Município, sem alteração de matéria substantiva, bem como efetuar o detalhamento e os ajustes nos mapas em escalas ampliadas, quando for o caso.

Art. 118. Fica instituída a Consulta de Viabilidade, pela qual o Órgão Municipal de Planejamento se obriga a fornecer num prazo máximo de 15 (quinze) dias, todas as informações requeridas referentes às determinações desta Lei.

Parágrafo Único. Quando as informações dependerem da deliberação do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial – NGPT ou de outros órgãos públicos ou esferas, o prazo de atendimento as informações requeridas será de 30 (trinta) dias.

Art. 119. As empresas concessionárias de serviços públicos, responsáveis pelo fornecimento de água e energia elétrica no Município, somente podem efetuar novas ligações em imóveis urbanos, mediante a apresentação do Alvará de Construção.

Art. 120. Os alvarás e licenças expedidos anteriormente a entrada em vigor desta Lei aplicar-se-á os dispositivos da lei vigente revogada.

Art. 121. Os processos que forem protocolados até a data de entrada em vigor desta lei aplicar-se-á os dispositivos da lei revogada, devendo, todavia o interessado cumprir possíveis diligências ou complementações solicitadas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, bem como no mesmo prazo deverá iniciar o empreendimento no caso da expedição do alvará ou licença.

Parágrafo Único. O não cumprimento do disposto no caput deste artigo implicará no indeferimento do processo e/ou cassação da licença ou alvará, devendo o empreendimento pretendido obedecer às regras da presente lei.

Art. 122. Será mantido o uso das edificações existentes na data da publicação desta Lei e devidamente licenciadas pelo Município, vedando-se, porém:

I – ampliação ou reforma de edificações com uso contrário a presente Lei;

II – a expedição de Alvará de Construção ou de Alvará de Funcionamento contrários a presente Lei.

Art. 123. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal n.º 555, de 25 de novembro de 2012.

Art. 124. Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Lontras, 17 de maio de 2012.

MARTINA ZUCATELLI

Prefeita Municipal